

## LITERATURA E HISTÓRIA NO ROMANCE FEMININO DO BRASIL NO SÉCULO XIX: *ÚRSULA*.

Eleuza Diana Almeida Tavares (UESB)

Fani Miranda Tabak (Orientadora - Profa. Dra. Lit. Brasileira da UESB)

Em 1859, em pleno regime escravista, no momento em que as teorias científicas ratificam a inferioridade da população africana e afro-descendente, bem como a incapacidade feminina para tratar sobre as questões de fórum público, uma mulher afro-descendente, nordestina, de origem humilde, elaborou um discurso precursor no cenário do romantismo brasileiro, tornando públicas as condições a que estavam submetidos o negro e a mulher na sociedade brasileira. Produziu a autora um discurso que possibilitava aos marginalizados o direito a contar sua história, buscando a empatia com seu público leitor.

O nome **Maria Firmina dos Reis**, desconhecido ainda dentro da historiografia, impõe novas perspectivas para os estudos literários e revela a presença e a trajetória de uma escritora negra em pleno século XIX no Brasil. Maranhense, nasceu em 11 de outubro de 1825, na Ilha de São Luís, registrada como filha de João Pedro Esteves e Leonor Felipe dos Reis. Viveu parte de sua vida com uma tia materna, que possuía melhor condição financeira. Aos 22 anos passou a lecionar na cidade de Guimarães, com a função de professora de primeiras letras. Segundo a tradição oral, resgatada por Nascimento Morais Filho<sup>1</sup>, quando Maria Firmina foi buscar o documento referente à sua nomeação, propuseram-lhe que fosse de palanquim<sup>2</sup>, o que foi por ela recusado. Afirmou que “negro não era animal para andar montado nele”, era o ano de 1847. Segundo Mott, ao se aposentar, no início da década de 1880, Maria Firmina fundou a primeira escola mista e gratuita do Estado voltando para a sala de aula.

Em 1859, aos 34 anos, publicou o romance *Úrsula*, colaborou, desde então, com a imprensa através da publicação de poemas, contos e com a composição de uma letra e música de um hino em homenagem à abolição (MOTT, 1991, p. 61-62)

Sua trajetória atravessa todo o século XIX e rompe a primeira década do século XX. Maria Firmina dos Reis empreende sua trajetória literária sob o reinado de D. Pedro II e incorpora a luta contra a escravidão, assistindo, anos mais tarde, à libertação dos negros e a proclamação da República.

O período histórico em que está inserida a escritora, do ponto de vista cronológico, é fundamental para a compreensão de sua obra. Vivendo em uma sociedade sustentada pela diferenciação, ancorada no patriarcado, estratificada entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos, legítimos e bastardos, Maria Firmina faz parte de uma parcela que estava a margem das decisões políticas de sua época, subordinadas a pais, maridos e senhores.

## **As mulheres, a escrita e a emancipação política na sociedade brasileira oitocentista.**

O exercício da escrita foi para as mulheres do século XIX, sem dúvida, uma forma de romper os limites entre o privado e o público, sendo o primeiro o único local aceitável para uma mulher. Escrever constituiu-se como uma ação de transgressão, que ultrapassa os limites sociais acordados por uma sociedade conservadora e escravagista. Para Maria Firmina dos Reis, a escrita de *Úrsula* constituiu-se com um duplo movimento, que oscila entre a realização da obra, enquanto arte, e o ato político.

Em estudo recente de Norma Telles, acerca do universo autoral feminino no século XIX, o campo das letras, masculino por direito, não via com bons olhos mulheres envolvidas em ações políticas, revoltas e guerras. Na literatura escrita por homens, as ações das mulheres armadas, em geral, demonstram a incapacidade feminina para a luta, física ou mental, e cujo desfecho reforçava sua pouca vocação para a política.

A luta pela conquista do espaço feminino no século XIX deu-se em duas frentes: a primeira estava relacionada à necessidade de instrução das mulheres; a segunda com a utilização da escrita para falar por si. Essa última necessidade via-se atrelada ao fato de que já havia um discurso masculino que falava pela mulher antes mesma que ela o fizesse.

O homem, no caso, pensa e elabora a fala da mulher segundo seu próprio ponto de vista, sendo, portanto, sujeito do discurso na medida que constrói a imagem feminina de acordo com a ideologia dominante em cada época, sempre sob a ótica masculina. (PAIXÃO, 1991, p. 13)

Instruir-se e posicionar-se através da escrita foram as duas frentes de luta nas quais muitas mulheres dos oitocentos se empenharam, com sua pena escreveram em verso, em prosa, em linguagem jornalística e participaram de campanhas reivindicatórias.

A primeira metade do século XIX foi um tempo de aceleração, a vinda da família real modificou a paisagem e os hábitos. Da chegada da família real e corte ao Rio de Janeiro (1808) até o dia do fisco, que tornou D. Pedro I Imperador (1822), a colônia tomava-se de ares de Metrópole.

Os novos hábitos apresentados pela corte de D. João VI desencadearam um aumento na produção de espetáculos, ampliaram-se as peças teatrais, as óperas, a entrada de livros, etc. Mas data do Império a primeira legislação sobre a educação feminina, em 1827 é outorgada a Lei das Escolas de Primeiras Letras, “cuja tentativa de implantação em âmbito nacional se transferiu do governo central para os governos das províncias em 1834” (SAVIANE, 2006, p. 11). Até esse momento a escolarização era desempenhada em conventos, em raras escolas particulares ou nas casas das professoras.

“Havia também, a possibilidade de autodidatismo, forma de educação não formal, em ambiente doméstico. E ainda em território doméstico, havia a distribuição da matéria de acordo com o sexo. De modo geral, ao homem era de praxe se ensinar a ler, a escrever e contar, e a mulher, a coser, lavar, a fazer renda e todos os misteres femininos, que incluía a reza. Se muitas mulheres, sobretudo irmãs fêmeas e sem

dote, eram depositadas em conventos, muitas também passaram a manter escolas no próprio espaço privado, ai ensinando leitura, música, corte e costura.” (GOTLIB, 2004, p. 27)

A escolarização feminina foi o ponto inicial para a construção da identidade da mulher como um ser social e político. A formação intelectual, ainda que precária, promovida pelo Império e a conseqüente feminização da profissão do magistério, possibilitou a essas mulheres (poucas, até meados do século XIX) contrapor-se à idéia corrente de que a mulher não carecia saber ler. Abriam escolas, publicaram livros, fundaram jornais e escreveram artigos em defesa do direito à fala pública.

A partir da segunda metade do século, cresceu o número de mulheres educadas, a imprensa tornou-se o veículo por excelência de exposição de idéias, jornais deixam de ser apenas dirigidos ao público feminino e passam a ser organizados, editados e escritos por mulheres.

Desde o seu surgimento, em 1852<sup>3</sup>, a questão da educação feminina foi o carro chefe desses jornais, inicialmente defendida na perspectiva das idéias positivistas da mulher como guardiã da moral familiar, responsável pela formação dos filhos e, por conseguinte, pelo caráter dos homens. Posteriormente, passou a ser defendida em prol de que a educação destinada às mulheres não apenas garantiria a execução e compreensão de seus deveres, mas também de seus direitos.

Paralelamente, outras questões foram sendo tratadas pelos jornais organizados por mulheres, tais como: crítica ao casamento por interesse, negação do papel de escrava e propriedade do homem, defesa do divórcio e do sufrágio feminino, abolição da escravidão.

O romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, foi escrito nesse período histórico; analisá-lo compreende, inevitavelmente, um diálogo entre a escritora e o grupo ao qual pertenceu. Essa reflexão comunica-se especialmente com a idéia de uma possível intervenção que Maria Firmina tenha pretendido realizar. Dessa forma, desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando-a como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante (Del Priore, 1997).

Conseqüentemente, instaura-se, dentro do panorama da literatura brasileira, uma voz peculiar que aproximou a literatura das mazelas sociais, tão ao gosto do século XIX, mas que optou por buscar compreender e explorar os limites sociais da mulher.

Na sociedade na qual viveu e produziu, à mulher competia a casa, seus afazeres, as prendas materiais e espirituais, na função de tornar satisfatória e confortável a vida dos homens.

Havia todo um *modus vivendi*, constituído e legitimado para definir o que era uma mulher e sobremodo o que ela não era. O que ela deveria ser e qual papel social desempenharia era definido desde cedo, a partir da diferenciação da educação entre os sexos.

Interdição a fala, interdição a escrita. Como mulheres as escritoras receberam uma educação que lhes vedava importantes setores da linguagem e o imaginário. Educadas como meninas, para os papéis específicos do lar, com condutas amorosas delimitadas, era-lhes negada uma cultura superior, o emprego e a carreira. (TELLES, 1987, p. 52)

Escrever, ler e pensar eram ações que não competiam ao mundo feminino, sendo em variados casos nocivos à sua saúde mental, visto que se contrapunham as características estabelecidas como inatas ao seu universo.

Em um tempo de interdição, as mulheres do século XIX produziram uma literatura marcada por sua história corporal, psíquica, social. Consequentemente, uma história da literatura brasileira com vistas à inserção da escrita feminina deve atentar para os fatos peculiares que circundam esse universo de produção literária, sem lançar mão de uma observação e de uma possível compreensão dos limites impostos por uma sociedade patriarcal e escravocrata.

Conforme o que foi exposto, podemos destacar o fato de que escrever, para a mulher do século XIX, representa um ato de transgressão. Em Maria Firmina, o fato é acentuado por se tratar de uma escritora mulata, pobre e bastarda, submetida ao crivo da crítica masculina, que como afirmamos desdobrava seus critérios em função da ideologia em voga, a saber, o positivismo. Como nos informa Sylvia Paixão, as idéias positivistas definiam a mulher como um ser superior, porque se submetia sem resistência, porque sua capacidade em obedecer era maior do que a do homem.

Nessa perspectiva, publicar constitui-se como um ato de coragem, de transgressão, especialmente de ocupação de um espaço público até então interdito:

No século XIX, para as mulheres que pensaram ser algo mais do que 'bonecas' ou personagens literárias, os textos dos escritores colocaram problemas tanto literários quanto filosóficos, metafísicos e psicológicos. Como a cultura e os textos subordinam e aprisionam, as mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora do seu alcance, precisaram escapar dos textos masculinos que a definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade. (TELLES, 1997, p. 408)

Maria Firmina dos Reis tinha noção clara disso, nota-se essa percepção logo ao início do prólogo de *Úrsula*: “*Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume.*” (REIS, 2004, p. 13)

Sabia da condição da mulher em seu tempo, discriminada e com formação precária, como também sabia da importância do seu ato ao tornar pública a obra. Sua preocupação voltava-se para o desenvolvimento da produção literária feminina, como atesta seu pedido aos leitores de não abandono, ao que no mínimo, era uma tentativa de ingresso no universo das letras, sem tradição de produção no Brasil:

“Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubeantes passos para assim dar alento a autora de seus dias, que com essa proteção cultive mais o seu engenho (...) ou quando menos, sirva de bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós.” (REIS, 2004, p. 14)

Para Maria Firmina dos Reis, havia mulheres a espreita, embora em menor número, com melhor formação intelectual, capazes de serem produtoras de histórias, capazes de torná-las participantes do jogo político-social do segundo Reinado, na medida em que suas histórias demarcam sua análise contextual.

A escrita desse prólogo justificativo, humilde, depreciador da obra, remonta aos séculos anteriores, em que os prólogos constituem verdadeiros testemunhos da bajulação monárquica para a publicação das mesmas. No caso de Maria Firmina, o prólogo sintetiza uma situação social inevitável para qualquer obra produzida por uma mulher: necessidade de aprovação dos doutos do século XIX, homens todos.

Um livro escrito declaradamente por uma mulher, visto que ela o assina sobre o pseudônimo de *Uma Maranhense*, cuja narrativa fazia uma denúncia contundente dos maus tratos sofridos pelos negros no Brasil e dos mecanismos bárbaros pelos quais se davam o seqüestro e transporte da população africana até as províncias, precisava resguardar-se da crítica letrada.

Apresenta-se, a autora, como uma romancista de educação acanhada, induzindo a crítica e ao público leitor a acreditar que nada poderia haver na obra que atentasse contra os costumes, normas ou valores da sociedade a qual pertencia.

No prólogo, Maria Firmina busca sensibilizar o leitor a partir da construção da imagem de vítima, através da metáfora familiar que toma a elaboração da obra como uma filha, tomando para si a imagem respeitada e autorizada da mãe.

Publicar um romance como *Úrsula*, cujo tema da opressão é o elo de todos os personagens, parece-nos uma tentativa de promover a circulação de um discurso destoante dentro de uma sociedade estratificada, tipificadora dos indivíduos a partir do sexo, da cor, da genealogia, como forma legitimadora do *locus* que cada um deve ocupar.

### **Úrsula: literatura e desafio político**

O romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, constrói-se basicamente a partir da idéia de opressão. Narrado em terceira pessoa, utilizando a técnica de encaixes, constitui uma espécie de inovação “polifônica” ao possibilitar que cada personagem tenha o direito de contar sua história. A tomar como exemplo a primeira narrativa, em que Túlio, um jovem escravo negro, salva a vida do cavaleiro Tancredo e leva-o, ferido, até a casa de Úrsula, que cuidará do seus ferimentos.

- A minha condição é de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! o escravo é tão infeliz!... tão mesquinha, e rasteira é a sua sorte, que... . (REIS, 2004, p. 28)

Na segunda narrativa, Tancredo conta a história de sua vida, cheia de amores, traições, decepções, marcada pela desestruturação familiar provocada pela presença de um pai tirano. A terceira narrativa foca a vida de Luisa B..., que conta sua triste trajetória, resultado da vingança promovida por seu irmão, o Comendador Fernando P..., em razão do seu casamento com um homem de situação social inferior. Aparece no romance, ainda, a narrativa da preta Suzana, que conta sua vida na África, através de sua versão do tráfico e de sua concepção do que implica a noção de liberdade. Por último, encontramos a narrativa de Túlio,

que recupera a história do seu nascimento, a separação de sua família e os maus tratos sofridos nos anos de cativo.

A leitura da obra, entretanto, deixa entrever de que se situa no contexto de produção da narrativa romântica e folhetinesca, romance de forte apelo popular, usando esse formato como instrumento a favor da dignificação da mulher e, principalmente, do escravo. O triângulo amoroso formado pela jovem Úrsula, seu amado Tancredo e pelo tio Comendador, ocupa o núcleo central das ações. Além de assassinar o pai e abandonar a mãe da protagonista anos e anos entevada em uma cama, o Comendador é retratado como uma personagem sádica, senhor de escravos, dono de terras, de homens e mulheres que estavam submetidos ao seu poder político e econômico. No desfecho, enlouquecido pelo sentimento de ciúmes que nutre contra o escolhido de Úrsula, o Comendador mata Tancredo na própria noite do casamento deste com Úrsula, o que provoca a loucura, o posterior falecimento da heroína e o inconsolável remorso que também leva o tio à morte, depois deste libertar os escravos que possuía e passar algum tempo recluso num convento. A tragédia se sobrepõe ao *happy end* e o texto se vale de esquemas consagrados pelo romance gótico, como nos informa Norma Telles, a fim de estabelecer a empatia com o público.

A heroína não está presa num castelo mas junto a cama da mãe paraplégica numa casa do vilão. Suas aventuras não são por corredores escuros, labirintos e alçapões e sim pela floresta. É lá que toma suas decisões, e é lá que escapa do vilão. A segunda vez que dele escapa, quando todos já estavam mortos, é através da loucura, solução (encontrada) para fugir da opressão. (TELLES, 1987, p. 464)

### **Suzana: uma vertigem no romance**

A partir do núcleo central das ações, exposto acima, Maria Firmina dos Reis apresenta outras histórias, construídas através de personagens cujo discurso reflete sobre a escravidão, com pontos de vista bem diferentes das idéias correntes de sua época.

Túlio é apresentado como personagem ativo, ciente da ação que deve desempenhar, encontra e salva Tancredo do acidente que sofreu. Promove o encontro deste com Úrsula e morre na tentativa de salvar a vida de ambos. Sua presença será constante em todo o desdobramento do enredo. A construção desse personagem, com traços idealizados para constituir um verdadeiro herói romântico, constitui uma espécie de reversão narrativa aos valores sociais e morais da época. Nesse personagem Maria Firmina destaca, conforme afirma Eduardo Assis, a humanidade condoída do sujeito afro-descendente, dando a ele um perfil dramático e existencial que ultrapassa a imagem típica de mero instrumento de força de trabalho ou porta-voz do ódio dos quilombolas.

A fala da preta Suzana acentua e recupera, pela lembrança, uma imagem da África livre com sólidas estruturas familiares e a denúncia da barbárie constituída pela viagem nos tumbeiros<sup>4</sup>.

A fala da personagem Suzana, a preta, que parece constituir-se como uma voz paralela, ou quiçá inovadora no panorama geral já apresentado. Africana, seqüestrada em sua terra natal, brutalmente afastada de seu esposo e sua filha, transportada no porão de um navio negreiro, passou toda a sua vida adulta submetida aos mandos e desmandos de seus proprietários.

Através da fala dessa personagem a autora dá a conhecer ao público leitor de romances, como se organizavam as famílias africanas, e o processo nada civilizado a que eram submetidos até chegarem às senzalas no Brasil.

Sua história é narrada no momento em que Túlio conta a ela sobre sua liberdade, havia sido alforriado por Tancredo, que comprou sua liberdade de Luiza B..., em agradecimento por seu cuidado desvelado.

Segundo Zahidé Lupinacci Muzart, a narrativa de mãe Suzana está estrategicamente colocada nesse momento para relativizar o sentido da alforria obtida por Túlio, “É Mãe Suzana quem vai explicar a Túlio, alforriado pelo cavaleiro, o sentido da verdadeira liberdade, que essa não seria nunca a de um alforriado num país racista.” (2000, p. 266)

- Tu! tu livre? Ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos Meu filho, tu és já livre?... – Iludi-la! – respondeu ele (...) Mãe Suzana, graças à generosa alma deste mancebo sou hoje livre como um pássaro, como as águas, como o éreis na vossa pátria.(...) – Liberdade! Liberdade ah!... eu gozei em minha mocidade! – continuou Suzana com amargura. Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. (Reis, 2004, p.114)

Nesse momento, pela primeira vez em um romance brasileiro é dado o direito à voz para que uma negra conte ao leitor, através de sua memória, outra perspectiva da história da escravidão. O fato destaca, portanto, o evento histórico da diáspora negra vivido pelos personagens arrancados de suas terras e famílias para cumprir no exílio a prisão representada pelo trabalho forçado.

Tranqüila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente de meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria (...) e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres ... divagávamos em busca das mil conchinhas (...) mas tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei ... e com penhor dessa união veio uma filha, que era minha vida, as minhas ambições... E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! tudo, tudo até a própria liberdade! Tinha chegado o tempo da colheita, e o milho e o inhame e o mendubim eram em abundância em nossas roças. (...) Ainda não tinha vencido cem braças de caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente... E logo dois homens apareceram, e me amarraram com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi embalde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se de minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. (...) Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade... Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de

falta absoluta de tudo quanto é necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água (...) Muitos não deixavam chegar esse último extremos – davam-se a morte. Nos últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim. (REIS, 2004. p. 115)

De acordo com Eduardo Assis, nesse ponto da narrativa está presente o sujeito de rememoração, no qual o eu individual deságua em um nós coletivo. É o discurso político que denuncia em narrativa literária a barbárie da empresa da escravidão, dando ao homem branco e senhoril o adjetivo de incivilizado.

Legitimada pela força que o testemunho promove, a personagem é a portavoza da escravidão e especialmente da mulher negra, na medida em que emerge das margens do romance, tal qual sua autora afro-descendente emerge das margens da sociedade maranhense, e conta a sua história da escravidão.

Em sua defesa contra a escravidão, Maria Firmina dos Reis, utilizou em seu romance o discurso religioso com uma perspectiva, mais verdadeiramente cristã, não a favor da escravidão, como de costume, mas contra ela, enfatizando a igualdade entre os homens e o amor ao próximo.

Outro escritor, contemporâneo de Maria Firmina dos Reis, José de Alencar utiliza em seus romances de temática indianista, a religião como elemento capaz de tornar legítima a convivência entre as duas etnias, que *apriori* se contrapunham na sociedade brasileira. No caso de Alencar, índios e brancos, no caso de Maria Firmina dos Reis, negros e brancos.

Na sociedade brasileira do século XIX a religião católica possuía um discurso de forte autoridade de convencimento, talvez por essa razão, tanto Alencar quanto Maria Firmina o (re) utilizaram em suas narrativas, como argumento capaz de tornar aceitável e nobre ao público leitor tipos sociais marginalizados.

Tanto em Maria Firmina quanto em José de Alencar a valorização dos tipos sociais marginalizados, está na ênfase dada às características físicas e morais, mas é através da religião cristã que sua aceitação torna-se definitiva, tal como vemos em *O Guarani*, publicado em 1857.

- Peri quer ser cristão! Exclamou ele. (...) O índio caiu aos pés do velho cavalheiro, que impôs-lhe as mãos sobre a cabeça. – Sê cristão! Dou-te o meu nome. E Peri beijou a cruz e a espada que o fidalgo lhe apresentou, e ergueu-se altivo e sobranceiro, pronto para afrontar todos os perigos para salvar sua senhora. (ALENCAR, 2002, p.280)

Os heróis das narrativas de *O Guarani* e de *Úrsula* são étnicos, idealizados através da construção romântica, que os autores elevaram a condição de objeto

estético. Peri é o romântico herói índio de Alencar, Túlio é o romântico herói negro de Maria Firmina. Assim construídos para provocar empatia com o público leitor do século XIX.

Maria Firmina dos Reis elaborou personagens que sofreram sistematicamente injustiças e se mantiveram leais aos seus princípios bem como aos seus benfeitores, com o intuito de ganhar a simpatia do público para eles.

Como nos informa M<sup>a</sup> Lucia Mott a partir da segunda metade do século XIX, o escravo era visto como um “demônio familiar”, título da peça escrita por José de Alencar em 1859, que trata da influência maléfica do escravo no seio da família. “Os mais liberais consideram o negro apenas corrompido pelo cativo. Quanto à maioria, fossem eles escravocratas, emancipadores e mesmo abolicionistas, a índole, a própria natureza do negro é que era má.” (MOTT, 1991, p. 67)

Na narrativa firminiana o que salta aos olhos é o pioneirismo no tratamento sobre a escravidão. Sua narrativa desenvolve-se nos moldes dos padrões morais cristãos, libertando-se da hipocrisia clerical, condenando em nome de Deus a escravidão, mas, sobretudo, avançando muito ao construir a história do romance a partir da perspectiva dos submetidos.

Trata da nobreza dos sentimentos, do comportamento coerente com os princípios do cristianismo, discursa sobre coragem, opressão, amizade e ousadia. Sua história leva ao fim pessimista, dentro do universo apresentado pela autora, apenas a morte liberta do julgo da opressão.

Não fala em motins, revoltas ou aquilombamentos, mesmo sendo contemporânea do movimento da Balaiada<sup>5</sup>. Em sua narrativa em nenhum momento o escravo lesa o senhor, seja através da fuga ou do suicídio, bastante recorrente em meados do século XIX, sua conduta é irrepreensível.

Pôs uma severa crítica contra a escravidão na fala de uma personagem branca, masculina, rica e letrada, Tancredo afirma:

Dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, **meu amigo**, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo, que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoou em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante. Sim – prosseguiu – tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! Sim, acerbo deve ser o seu sofrer, e eles que o não compreendem!!!” (REIS, 2002, p. 28)

Compôs a personagem de Suzana como um indivíduo portador de uma identidade social prévia. Suzana é uma mulher livre, mãe, esposa, trabalhadora do campo, que foi seqüestrada em sua terra Natal (África) e trazida para o Brasil.

A partir da composição dos seus personagens a escritora denuncia a escravidão, tema importante do enredo, a opressão sofrida pela mulher e incorpora reflexões de cunho social que estiveram presentes no discurso dos abolicionistas, anos depois.

Nesse ínterim, o romance Úrsula configura-se como um discurso contra hegemônico, que objetivou possibilitar a circulação de um outro ponto de vista sobre o negro e a mulher, sua história e vicissitudes.

## Notas

1. Autor do livro *Maria Firmina dos Reis*, fragmentos de uma vida, lançado em 1975 pela editora COCSN
2. Espécie de liteira. Palanquim é um meio de transporte muito utilizado no Brasil do séc. XIX, é uma cadeirinha coberta, sustentado por dois longos varais e conduzidas por duas bestas ou por dois homens, um à frente e outro atrás.
3. Segundo Zahide Muzart o primeiro jornal fundado por mulher no Brasil, data de 1928, seu título era *Belona Irada contra os Sectários de Momo*, mais conhecido como *Belona*, redigido por Maria Josefa Barreto Pereira Pinto. O jornal, como o nome o indica, polêmico, era um jornal político, muito diferente dos objetivos do *Jornal das Senhoras de 1852*, via de regra, considerado o primeiro periódico escrito por mulher no Brasil. O *Belona* não fez escola, e o que se tornou modelo inicial para os periódicos feministas do século XIX foi o *Jornal das Senhoras*, redigido por Juana Paula Manso, combativa redatora que trazia nas paginas do seu período temas como moda, literatura, belas-artes, teatro e crítica.
4. Os navios que transportavam africanos até o Brasil eram chamados de tumbeiros, porque parte dos homens, mulheres e crianças, amontoados nos porões, morriam durante a viagem.
5. Movimento de contestação ocorrido entre os anos de 1838 a 1841, contra a opressão sobre a qual viviam a população marginalizada maranhense, com a repressão efetuada por Luís Alves de Lima e Silva, (futuro Duque de Caxias) a resistência só pode ser mantida com o apoio militar de Cosme Bento, negro forro e seus mais de 3000 africanos comandados. Cosme adotou o título de Dom Cosme Bento das Chagas, Tutor e Imperador da Liberdade Bem-Te-Vi e fundou na fazenda Tocanguira o maior quilombo da história do Maranhão. Em 1841 a revolta foi contida e Cosme Bento executado em praça pública.

## Referências Bibliográficas

- ALENCAR, José de. **O Guarani**. 1ª edição. São Paulo. Ed. Martin Claret, 2002.
- GOTLIB, N. B. . **A literatura feita por mulheres do Brasil**. In: Izabel Brandão; Zahidé Muzart. (Org.). Refazendo nós. Florianópolis/Sta Cruz do Sul: Editora Mulheres/Florianópolis e Editora Edunisc/Sta. Cruz do Sul, 2004, v. , p. 19-72.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. 2 ed. SP: Contexto, 1991.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. **Maria Firmina dos Reis**. In MUZART, Z. L. (Org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.
- PAIXÃO, Sylvia. **A fala-a-menos: a repressão do desejo na poesia feminina**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Ed.: Numen, 1991.
- PRIORE, Mary Del. (org) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo. Ed. Contexto, 1997.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**: atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Ed. Mulheres: Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

SAVIANE, Dermeval. [et al.] **O legado educacional do século XIX**. 2 Ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SCHUMAHER, Schuma & Brazil, Érico Vital (orgs.) **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis – Do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TELLES, Norma. **Encantações – escritoras e imaginação literária no Brasil no século XIX**. Tese de doutoramento, PUC de São Paulo, 1987. Mimeo.